

A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS CULTURAIS PARA PENSAR A ANIMAÇÃO CULTURAL¹

Heloísa Buarque de Hollanda

Quando o Professor Victor Melo me convidou para fazer essa palestra eu aceitei imediatamente. Primeiro, porque o Victor, que agora integra o nosso quadro de pesquisadores associados e é o coordenador de atividades do nosso Programa de Pós Doutorado, é uma pessoa que eu admiro muito por seu trabalho, por sua pessoa e também porque me abriu um horizonte novo de reflexão, o do cruzamento real e mesmo visceral do mundo da cultura com o do esporte e do lazer.

Começo mencionando isso porque reconheço o preconceito gigantesco que existe entre os intelectuais de minha geração com a divisão das fronteiras disciplinares, hierarquizando-as como mais nobres ou menos nobres e, obviamente, nesse caso, colocando as chamadas menos nobres numa posição subestimada e lateral. Sinto isso tanto com a área do lazer e do esporte quanto com a minha própria área de trabalho, os Estudos Culturais, área considerada como “pragmática”, em seu pior sentido, suja por sua coloração política e desmerecida por ser uma área com expectativa de resultados.

Portanto, conhecendo bem, e na pele, as políticas acadêmicas diante de novas áreas de conhecimento, passei a me interessar meio passionalmente sobre as lógicas disciplinares e especialmente sobre as recentes transformações nos paradigmas da produção de conhecimento assim como as transformações da produção e do consumo culturais. E é sobre isso que vou hoje falar aqui um pouco.

Como o assunto tanto dos Estudos Culturais quanto da Animação Cultural são assuntos muito novos, preferi em vez de fazer uma palestra formal, propor uma fala mais curta que procure elencar algumas questões que serviriam de pauta para um debate final. O foco de minha apresentação aqui vai ser menos a conceituação destas áreas de conhecimento e mais o contexto e as demandas que geraram seu surgimento.

Esclarecimento dado, volto à questão da instabilidade conceitual hoje. Não é possível dizer que este seja um processo novo ou emergente. É claro que esse processo vem de longa data. Mas, a visibilidade das grandes transformações paradigmáticas, começa a se impor por volta da década de 1960.

Muito se fala e falou sobre os anos 60. Mas para o que me proponho nessa palestra, o que vai me interessar basicamente são dois vetores culturais decisivos para a definição daquele período, conhecido, com certo sabor nostálgico, como a época de ouro de nossa cultura.

¹ Conferência proferida no V Seminário “Lazer em Debate”, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em maio 2004. Programa Avançado de Cultura Contemporânea/UFRJ.

O primeiro, é a emergência da terceira revolução tecnológica. Aqui, temos vários braços, todos de alto impacto cultural e social. Temos a disseminação da revolução tecnológica na agricultura (conhecida como green revolution, que promove migrações rurais intensivas e, conseqüentemente, a recomposição do tecido urbano dos centros industriais); temos a rápida evolução dos meios de comunicação através da introdução das novas tecnologias da mídia eletrônica, que dissemina a informação e a cultura em pontos cada vez mais distantes e, finalmente, temos a chegada das novas tecnologias digitais que traz a internet e seu poder de articular de maneira inédita e mesmo inesperada os mais diversos pontos do mundo. Esse vetor é seminal porque determinou, de forma definitiva, a complexa passagem de uma sociedade de produção para uma sociedade de consumo. O equivalente conceitual dessa passagem seria o deslizar do moderno ao pós-moderno na Segunda metade do século XX.

Acho importante situar este momento porque me parece que, do ponto de vista operacional, o esclarecimento desse contexto vai ser útil na discussão tanto do surgimento dos Estudos Culturais quanto na atual configuração da lógica do Lazer e, particularmente, da Animação Cultural.

Começo pelo mais óbvio: a passagem do moderno ao pós-moderno. Quero avisar que falarei de uma maneira esquemática, forçosamente reductiva mas que considero que será suficiente para oferecer o esboço de um panorama no qual ainda nos movemos.

O que entendemos hoje por modernidade, de um ponto de vista mais geral, é basicamente o período de afirmação do indivíduo e da consolidação de uma economia centrada na produção. Este momento apresenta também manifestações culturais e artísticas bastante peculiares, cujos principais traços são: a valorização da autoria (que vai desempenhar aqui um papel fundamental); o empenho num trabalho de linguagem basicamente experimental (onde a idéia de ruptura com o passado é de criação de um estilo ou de um projeto estético novo é um valor central), e, finalmente, a presença marcante de uma taxa bastante alta de negatividade crítica (a arte moderna é antes de tudo crítica e se posiciona contra tudo: contra a burguesia, apesar de fazer claramente parte dela, contra o capitalismo, contra o Establishment, contra os Museus, contra a tradição, enfim, é a Grande Recusa identificada por Marcuse como o traço agônico dos anos 60).

No campo da reflexão, é um período orientado por forte inflexão iluminista e pela produção de grandes narrativas explicativas e totalizantes. As mais potentes teriam sido o marxismo, o cristianismo, o nacionalismo, a psicanálise e outras.

A metafísica ocidental moderna é centrada na razão, na ciência e no progresso como meta e apresenta traços claramente pedagógicos (no sentido de ser normativa) e políticos (teleológica).

Outro ponto que não pode ser esquecido é que, como conseqüência dos traços acima descritos, a modernidade trabalha sempre dentro de uma grande estabilidade conceitual.

Já o que conhecemos como o Pós Moderno, seria, ao contrário, um momento de alta instabilidade conceitual, no qual as grandes certezas que definiram o quadro epistemológico da modernidade parecem, se não implodir, pelo menos mostrar um grande e definitivo desgaste. Não diria que o Pós Moderno definiria um quadro de razão diferente do Moderno. O próprio nome Pós-Moderno mostra que ainda estamos dependentes do conjunto do ethos Moderno. Seria um momento, digamos, no qual fosse possível olhar o moderno com uma perspectiva mais distanciada e portanto crítica.

Estaríamos apenas passando pois de um momento de ênfase na produção, na ciência, no progresso e nas ideologias individualistas e programáticas para um momento, digamos menos político e mais ecológico, tomando a noção de político como projeção para o futuro e ecológico como projeção para um espaço-tempo imediato, mais próximo e menos totalizante.

O Pós-moderno traria em si também as marcas da passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade de serviços que valoriza a heterogeneidade dos segmentos de consumo e da personalidade (ou customização) na relação com o consumidor.

No quadro político é o momento do reconhecimento da pluralidade sócio-cultural, da ênfase na diferença, no dissenso em prejuízo do consenso (chave na modernidade), do surgimento dos projetos das micro revoluções, de afirmação das minorias ou novas identidades coletivas.

Espero que voltemos a cada um desses itens, aqui expostos de forma sumária, no debate.

O segundo grande vetor das transformações que se consolidam na década de 1960, ocorre na arena política: trata-se do alto impacto sócio-cultural das guerras de descolonização na África e demais colônias européias por volta das décadas 50-60.

Desde o final dos anos 50, a Europa vinha assistindo a uma inédita sucessão de guerras de descolonização que alteraram, de forma definitiva, o perfil não apenas econômico mas sobretudo cultural do chamado Primeiro Mundo. A seqüência foi mais ou menos essa: Em 1957, Independência de Gana. Em 59, Independência das colônias francesas ao sul do Sahara. Em 61, o assassinato de Lumumba e a agonia do Congo. Em 62, a Revolução da Argélia.

Do meu ponto de vista, esses acontecimentos são os que mais claramente sinalizam o nascimento convulsivo do que viria a ser conhecido mais tarde sob o logo "os anos 60".

Para transmitir para vocês um pouco do clima eufórico-emocional do efeito da emancipação das colônias naquela hora, vou ler um trechinho do Prefácio de Sartre para *Les Damnés de la Terre*, a clássica obra de Frantz Fanon sobre a luta e a dialética da relação Senhor / Escravo. Escreve Sartre:

" Há não muito tempo, a terra tinha dois bilhões de habitantes: quinhentos milhões de homens e um bilhão e quinhentos milhões de nativos. Os primeiros tinham a palavra, os outros simplesmente a usavam" (...)

Portanto, os anos 60, foram o momento em que todos esses “nativos” tornaram-se seres humanos. Essa sim, uma autêntica revolução de grande impacto tanto nas políticas externas das metrópoles quanto nas políticas internas das diversas sociedades nacionais. Ou seja, as guerras de descolonização definiram mudanças significativas não apenas no que diz respeito aos súditos externos - ou os “nativos” habitantes das ex-colônias - mas sobretudo em relação aos súditos internos destes países - os negros, as mulheres, as minorias.

Este foi o momento no qual surgiram os “novos sujeitos da história”, ou, as “identidades coletivas” para usar um termo de época.

Portanto, me parece que a revolução tecnológica aliada aos efeitos culturais das guerras de descolonização daquele momento constituíram os bastidores das turbulências que marcaram as grandes implosões sociais, culturais e epistemológicas do século XX.

Nada ficou a salvo: a Filosofia começa perder a centralidade de seu eixo metafísico, a História descobre o cotidiano como fonte importante de análise, a Literatura se debate, enredada, com as perspectivas geradas pela pergunta diabólica colocada por Foucault: “afinal, o que é um autor?”. A arte afinal ameaça sair de sua torre de marfim, do controle exclusivo de seu público de elite, e começa assistir a um fenômeno inesperado: a culturalização extensiva das experiências sociais e do tecido urbano. Tudo vira cultura. A própria noção tradicional de função social da arte vê-se interpelada de forma irrevogável.

O Grande Divisor criado pela modernidade que promovia a divisão radical entre a arte culta e a arte popular ou de massa, no sentido de Huysens, mostra sinais de fragilidade e de declínio no seu poder argumentativo. Estamos, definitivamente, em outro momento.

Como consequência, novos objetos e campos de pesquisa se impõem e causam uma certa perturbação nas grades disciplinares que não se mostram preparadas para produzirem conhecimento nos novos padrões. As disciplinas tradicionais não dão mais conta da complexidade e mesmo da natureza híbrida dos novos objetos de análise que se apresentam no contexto pós-moderno.

É nesse momento, que começam a surgir, na academia, esforços na direção de produzir um conhecimento de natureza primeiro interdisciplinar, em seguida multidisciplinar, e finalmente transdisciplinar. Que são, sem dúvida, esforços louváveis mas de definição e mesmo de prática não muito claras.

Paralelamente à necessidade da formulação de novos modelos teóricos e epistemológicos e da criação de novas estratégias metodológicas para a apreensão das alterações sócio-culturais em curso, a própria representação do intelectual tradicional e do criador cultural tem que ser repensada. Ambos parecem deslocar seus campos de performance. Lyotard, nesse sentido, dá um diagnóstico super interessante. Lyotard observa que, num mundo onde a informação torna-se acessível a qualquer momento e em qualquer ponto geográfico, a função do intelectual como o detentor absoluto de um acervo de informação e saberes, torna-se inócua. Então o que

caracterizaria de forma mais perfeita o que se espera da performance intelectual hoje seria um trabalho de articulador especializado da informação disponível. E não mais um depositário desta informação. No mesmo sentido, o processo criativo nas artes estaria passando pela mesma transformação. O artista não seria mais o inovador de formas e estilos, mas o articular criativo e sensível do acervo de formas e estilos que a tradição nos legou. Isso dito assim, é também um certo vespeiro. Mas esse é também um assunto sobre o qual não vou me alongar, e, dependendo do interesse de vocês, poderemos a ele voltar durante o debate.

Dito isso, retomo minha fala de onde me foi proposto pelo meu amigo Victor Melo. Como sou iniciante no campo da Animação Cultural, começo pela emergência dos Estudos Culturais e sua exemplaridade enquanto resposta ao contexto de mudanças ao qual venho me referindo.

A primeira notícia que se tem da criação dos Estudos Culturais é através de sua obra inaugural, livro de Richard Hoggart, intitulado "Uses of Literacy" (Usos da Alfabetização). Nesse livro, Hoggart, sociólogo, ex-operário e ex-adulto analfabeto, narra a experiência do analfabetismo e seus efeitos na vida social de um indivíduo, no caso, ele próprio. Hoggart conta, numa narrativa quase etnográfica, o cotidiano impedido do analfabeto e as transformações possíveis deste cotidiano a partir da aquisição da leitura e da escrita. É um livro lindo e surpreende, a academia com a abertura de um campo e um viés de trabalho sociológico totalmente novos. Hoggart afirma, logo de início, no prefácio do livro, que, através deste trabalho, pretende romper com o positivismo científico da objetividade sociológica e concentrar-se na "subjetividade", no sentido de examinar a cultura em relação a vidas individuais. O que é digno de nota aqui é que Hoggart introduz a primeira pessoa como objeto de análise (o que é um certo pecado para os sociólogos...), o cruzamento de fronteiras disciplinares como princípio metodológico, e a forte preocupação com os resultados sociais concretos de seu trabalho acadêmico, ou seja, a preocupação que o conhecimento produzido academicamente gere uma intervenção política efetiva.

O segundo livro seminal dessa tendência, publicado no ano seguinte, foi o "Culture and Society" (Cultura e Sociedade), de Raymond Williams, centrado na dificuldade bastante específica, da identificação dos efeitos culturais das desigualdades sociais. Novamente, temos o recurso da produção de um saber contextualizada e com expectativa de resultados políticos e sociais.

Logo em seguida, em 1958, Hoggart e Williams fundam o histórico Birmingham Center for Contemporary Studies, concentrado especialmente no estudo das subculturas operárias.

Portanto, digamos que os Estudos Culturais tenham se originado no campo disciplinar da sociologia e no quadro de uma Inglaterra profundamente marcada pelo panorama das transformações da classe operária inglesa do pós-guerra.

Chamo atenção para estas circunstâncias porque, de certa forma, elas definem o projeto e o perfil dos Estudos Culturais. Uma disciplina nascida

das demandas das turbulências políticas dos anos 50/60, portanto num contexto histórico bastante definido, com foco nas subculturas e nas minorias e cujo projeto era claramente político e transformador. Voltarei a isso um pouco mais adiante.

Por hora, quero me deter num aspecto super interessante que é a flexibilidade geopolítica desta área de conhecimento.

A partir da segunda metade da década de 1970, os Estudos Culturais começam a ganhar espaço na academia européia e norte americana.

Para ajudar, vou apenas apontar um conceito muito caro à grade teórica dos Estudos Culturais, que é o conceito de "affiliation", desenvolvido por E. Said em seu livro *O Mundo, o Texto e o Crítico*. Said mostra através de um exame, tão belo quanto meticuloso, o grau de historicização que marca o surgimento de uma idéia ou de um conceito, bem como as transformações, acomodações e adaptações que são necessárias para que uma idéia, ao deslocar-se, se insira num novo universo simbólico ou cultural. Este conceito é, para nós, particularmente atraente porque minimiza conceitos pesados e inflexíveis como apropriação, coopção, dominação cultural e ilumina o potencial criativo e reativo da recepção em diversas situações.

Neste caso, a trajetória dos Estudos Culturais é exemplar. Disciplina mais política do que normativa, os Estudos Culturais, enquanto área de conhecimento, foram se inserindo em diversos contextos acadêmicos ou culturais com cores e projetos claramente diferenciados.

Se, na Inglaterra, os Estudos Culturais atenderam ao momento específico das demandas operárias do pós-guerra, nos USA, só iriam consolidar-se bem mais tarde e em função também de um contexto histórico bastante específico da academia norte-americana.

Fredric Jameson, uma liderança acadêmica nesta área, vai definir como o objeto central dos Estudos Culturais, nos USA, "a expressão cultural dos vários relacionamentos que os grupos entabulam uns com os outros" (sic) e vai chamar a atenção para seu surgimento no bojo das guerras curriculares em torno do cânone e portanto na área de literatura -, associado aos debates e disputas em torno dos direitos das minorias e dos imigrantes e de sua bandeira mais nobre: o reconhecimento legal e formal do multiculturalismo.

Além dos Estudos Culturais terem-se consolidado exatamente no auge do debate político sobre os direitos dos imigrantes nos USA, esta é ainda uma hora de grandes escândalos e corrupções na administração das grandes universidades norte-americanas acompanhados de cortes e arrocho nas finanças das maiores instituições de ensino superior do país.

É nesse momento, tumultuado, de fragilização institucional que estes estudos encontram, nos USA, seu maior espaço de produção e militância.

Já na América Latina, a "afiliação" dos Estudos Culturais não mais se dá através da novidade do debate e da militância acadêmica, nem do aumento do âmbito de sua intervenção no cenário político e social, (o que, de certa forma, desde o século XIX, sempre foi uma forte inflexão de nossa prática intelectual),

mas na realidade ofereceu-se como o espaço acadêmico privilegiado para pensar a reinserção (ou a invenção) democrática em nossos países.

Sobre a inserção acadêmica dos Estudos Culturais na América Latina, o Professor George Yudice, um dos pioneiros da área, fez um estudo muito interessante. Yudice fez uma longa viagem pelos países do Cone Sul entrevistando professores e intelectuais que se identificavam com a prática dos Estudos Culturais.

O resultado desta pesquisa mostra que o exame das auto-definições (ou a ausência delas) das comunidades científicas sobre o que seriam os Estudos Culturais em diferentes contextos locais e nacionais, evidencia uma flutuação interessantíssima não só quanto à delimitação dessa área de pesquisa mas ainda quanto à sua afiliação também disciplinar.

Uma primeira observação neste sentido é a de que talvez os Estudos Culturais sejam a primeira área de conhecimento visceralmente contextualizada de que temos notícia, ou seja, que só pode ser pensada em função de um dado contexto social e/ou institucional. Ou melhor, o próprio exercício da produção de saber nessa área, dependendo do contexto em que se insere, migra de uma disciplina para outra, altera prioridades, determina discursos e práticas estruturalmente diversificadas. Em relação aos campos disciplinares, podemos observar uma oscilação inclusive quanto ao topos eleito para sua “afiliação” e legitimação curricular que pode se dar tanto em sociologia, literatura, antropologia, educação, para falar só das mais frequentes.

Assim, o exame das diferenças entre os vários Estudos Culturais hoje existentes em diferentes contextos acadêmicos regionais, é sem dúvida também o exame de algumas transformações em curso nas lógicas locais da produção de conhecimento em nossos dias. Nos países da América Latina, além de surgirem no bojo do debate político da redemocratização, estes estudos começam também a absorver as novas questões determinadas pela reorganização das fronteiras nacionais sob o impacto da globalização, bem como aquelas relativas às novas formas de articulação da sociedade civil e seu diálogo com o Estado. Estas articulações intensificam-se em função da baixa capacidade do Estado em responder às demandas da sociedade civil, passando este a depender cada vez mais de atuações em âmbito internacional, definindo, no campo político e acadêmico, a necessidade da consolidação de uma sociedade civil global.

Sendo ainda um pouco mais romântica, eu seguiria a sugestão de Arturo Escobar, que vê os Estudos Culturais na América Latina como “um projeto transnacional para pensar sobre o mundo presente e seus futuros possíveis”.² E é interessante porque todos os objetos dos debates políticos e culturais atuais como a questão das diferenças, das minorias, do impacto da mídia nas sociedades, da globalização, da mobilidade dos fluxos de informação, dos efeitos locais da formação dos mercados transnacionais de cultura, das transformações do lazer e das

2 Escobar, Arturo. Debate no seminário da Coordenação Interdisciplinar de Estudos Culturais, (CIEC), Universidade Federal do Rio de Janeiro, julho de 1995

idades, enfim todos os novos objetos que aparecem sob a égide da Pós Modernidade e dos processos de globalização e tornaram-se o campo de pesquisa dos Estudos Culturais. Os Estudos Culturais passam a abrigar portanto os novos objetos da modernidade tardia, que se ofereciam para análise e que, de certa forma, não poderiam ser absorvidos pelas disciplinas tradicionais em função de sua formação politicamente híbrida e fronteiriça do ponto de vista disciplinar. É neste sentido que os Estudos Culturais costumam ser definidos como uma pós-disciplina (e não mais como um campo inter, multi ou trans disciplinar), que se utiliza de diferentes grades teóricas e metodológicas em suas análises tomando como base um preceito marxista de análise: o compromisso radical com a historicização de seus campos e objetos de pesquisa.

Mas o que parece definir melhor hoje a área dos Estudos Culturais não é em termos da novidade de suas fronteiras disciplinares ou de seus novíssimos campos de análise, mas certamente, enquanto um projeto de política acadêmica. Lembro, inclusive, de uma palestra do Jameson onde ele dizia, que os Estudos Culturais são, na realidade, um desejo. Vêm da formação de um bloco histórico de intelectuais com projeto de intervenção acadêmica, de mediação entre a produção de conhecimento e as demandas da sociedade civil. De uma intervenção intelectual na academia que procura testar ao máximo suas fronteiras habituais sejam elas disciplinares, teóricas ou geopolíticas no sentido de abrir novos espaços para a intervenção política e social.

Não seria mais muito arriscado dizer que hoje em dia os Estudos Culturais são as ONGs universitárias, sinalizando a possibilidade da formação de uma frente acadêmica transnacional capaz de promover a articulação de uma ponte entre a academia, a sociedade civil e o Estado. Ou seja, incorporando uma função intelectual eminentemente pós-moderna: a do mediador, a do articulador.

Foi portanto com espanto que, ao procurar me atualizar sobre a questão do animador cultural, lendo o livro *Introdução ao Lazer*, do próprio Victor e do Edmundo Alves Junior, vejo desenhado um debate bastante similar àquele que venho traçando sobre o intelectual e sua reconfiguração na área acadêmica dos Estudos Culturais.

Os autores definem o animador cultural em suas várias dimensões e possibilidades de práticas diferenciadas e, claramente, assumem como a melhor perspectiva para esta prática a do mediador, do negociador hábil que consiga trabalhar as diferenças interpessoais e culturais. Enfim, entendem a animação como um esforço de construção de uma democracia cultural. A isso, eu sugeriria um passo ainda à frente lembrando o conceito seminal de Ernesto Laclau: a construção de uma democracia radical, ou seja, aquela que trabalho não pelo consenso (ou seja, a vitória da maioria) mas pelo dissenso (a coexistência de vozes e demandas múltiplas e diferenciadas).

Outra preocupação que me surpreendeu encontrar de forma tão explícita no debate gerado na área da animação cultural é a preocupação com articulação permanente entre ética e estética e com a historicização de conceitos, demandas

e projetos, metodologia, dois pressupostos que são a base teórica da área dos Estudos Culturais.

Por outro lado, o próprio campo do lazer é um objeto de conhecimento novo que hoje se oferece sinalizando toda sua complexidade enquanto expressão das tensões, diálogos e encontros culturais que ocorrem na cidade pós-moderna em processo de culturalização. O lazer hoje é, do ponto de vista político, um direito do cidadão que, cada vez mais, reivindica seu direito à cidade e ao lazer qualificado.

Por outro lado, na área dos Estudos Culturais, o lazer e o turismo começam a ser avaliados, como campo nevrálgico de análise para a construção das novas subjetividades urbanas, imprescindíveis para o diálogo eficaz com os processos de globalização do mercado cultural.

Feliz com a surpresa da descoberta de tantas homologias entre os Estudos Culturais e os Estudos do Lazer, penso que a contribuição que o título dessa palestra sugere foi, na realidade, a oportunidade deste encontro que sinalizou para mim a urgência da formalização de uma colaboração mais estável e programática entre estas duas áreas de risco, ambas marcadas a ferro e fogo pelos traços tão complexos quanto mutantes da contemporaneidade.